

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS

17/2025

CONTRATANTE (UASG)

MUNICIPIO DE VITORINO-PR

1

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIA MUNICIPAISAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 518.494,25

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **02/06/2025**, as **08:00**

LOCAL DA SESSÃO

<https://bllcompras.com>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025
(Processo Administrativo 51/2025)

2

O Município de Vitorino/PR, por meio da Gerência de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com sede no endereço impresso abaixo, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei 14.133/2021, e demais normais legais e regulamentares aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no presente edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIA MUNICIPAISAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras <https://bllcompras.com>.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Os **itens/grupos** cujo valor seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) serão exclusivamente abertos à participação de ME/EPP (Lei Complementar 123/2006, art. 48).

2.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

2.6 Será concedido tratamento favorecido a ME/EPP, sociedades cooperativas (Lei 14.133/2021, art. 16), agricultor familiar, produtor rural pessoa física e microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar 123/2006.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

- I aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
 - II pessoa física ou jurídica responsável pela elaboração de anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens ou serviços a ele relacionados — a menos que a elaboração do projeto básico e do projeto executivo nas contratações integradas, e do projeto executivo nos demais regimes de execução, estejam previstos na licitação e no objeto do contrato como encargos contratuais do contratado;
 - III pessoa jurídica, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - IV pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta — extensível a quem atua em substituição a pessoa física ou jurídica impedida com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica;
 - V aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - VI empresas controladoras, controladas ou coligadas (Lei 6.404/1976) concorrendo entre si;
 - VII pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - VIII agente público do órgão ou entidade licitante — inclusive terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
 - IX agente público do órgão ou entidade contratante que participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, quando estiver configurado conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego;
 - X organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), atuando nessa condição.
- 2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a pessoa física ou jurídica responsável pela elaboração de anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9 Equiparam-se a responsável pela elaboração do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea (Lei 14.133/2021, art. 156).

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Quando a fase de habilitação for *anterior* a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com preço ou percentual de desconto, observado o disposto neste Edital (**itens 7.1 e 7.9.1**).

3.2 Quando a fase de habilitação for *posterior* a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Na presente licitação, a fase de habilitação será **posterior** à fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (CF/1988, art. 7º, XXXIII);

III não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado (CF/1988, art. 1º, III e IV e art. 5º, III);

IV cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei 14.133/2021 (art. 16).

3.6 O fornecedor enquadrado como ME/EPP ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos e está apto a usufruir do tratamento legal favorecido (Lei Complementar 123/2006, art. 3º e artigos 42 a 49; Lei 14.133/2021 (art. 4º, §§ 1º ao 3º).

3.6.1 No item exclusivo para participação de ME/EPP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame para aquele item;

3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME/EPP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento legal favorecido, mesmo sendo ME/EPP ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade das declarações acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelos licitantes não haverá ordem de classificação, mas somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresenta-la, após a etapa de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (IN SEGES 73/2022, art. 19, I);

II os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima (IN SEGES 73/2022, art. 19, II).

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço (IN SEGES 73/2022, art. 19, § 1º, I); e

II percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto (IN SEGES 73/2022, art. 19, § 1º, II).

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno (IN SEGES 73/2022, art. 19, § 2º).

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I valor total do lote;

II marca;

III fabricante;

IV descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, para análise oportuna na fase de aceitação da proposta;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo porventura inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9 Os valores das propostas devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

4.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos.

6

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação, sempre fundamentada, ainda que sucintamente, será registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, na etapa de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da etapa de lances dinâmicos.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre pregoeiro e licitantes.

5.5 Iniciada a competição dinâmica, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo **valor do lote**.

5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 O licitante somente poderá oferecer lance com **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ **0,01** (IN SEGES 73/2022, art. 22, § 1º).

5.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11 O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa especificado na ficha de licitação**.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei 14.133/2021 (art. 14), legislação correlata e no presente Edital (**item 2.7**), especialmente quanto à (in)existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I SICAF;
- II Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- III Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- IV Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário.

6.3 Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN SEGES-ME 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN SEGES-ME 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN SEGES-ME 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado impedido, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido à ME/EPP, o pregoeiro verificará se tem efetivamente direito ao benefício, em conformidade do que dispõe este Edital (**itens 2.5.1 e 3.6**).

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos (IN SEGES-ME 73/2022, art. 29 a 35).

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I conter vícios insanáveis;
- II não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- III apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, devendo o pregoeiro realizar diligências verificadoras no sentido de comprovar que:

- I o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- II inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- I nos regimes de execução por empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço dar-se-á pela superação do valor global estimado e, nos regimes de execução por tarefa, pela superação do valor total da tarefa;
- II no regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço dar-se-á pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- III independentemente do regime de execução, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;
- IV será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação.

6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, devendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, realizando a seguir a verificação da(s) amostra(s) dele, e assim sucessivamente até que uma atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 6.18 Caso tenha sido exigida garantia de proposta, o pregoeiro deverá verificar seu recolhimento.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1 Para fins de habilitação, será exigida a documentação prevista no Termo de Referência, necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação (Lei 14.133/2021, artigos 62 a 70).
- 7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia (em meio físico e virtual).
- 7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser substituídos pelo certificado de registro cadastral, em conformidade com as exigências deste edital.
- 7.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei 14.133/2021, art. 63, I).
- 7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7 Caso o Termo de Referência considere imprescindível a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá declarar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de fornecimento da entrega dos bens e/ou serviços, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.7.1 Caso o licitante opte por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail licita@vitorino.pr.gov.br ou do número de WhatsApp (46-988218767) da Secretaria interessada, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.7.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.8 A habilitação será verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Único de Fornecedores (SICAUF) do Município, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Também poderão ser consultadas informações do licitante junto aos sistemas de cadastro de fornecedores de outros Poderes Públicos, destacadamente o Cadastro Único de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF/PR) ou o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores da União Federal (SICAF).

7.8.2 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, no sistema de cadastro que pretende utilizar para fins de habilitação, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN SEGES-ME 3/2018, art. 7º, caput).

7.8.3 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN SEGES-ME 3/2018, art. 7º, par. único).

7.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAUF, no SICAF ou no CAUF/PR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN SEGES-ME 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

7.10 A verificação no SICAUF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente serão feitas em relação ao licitante vencedor.

7.10.1 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, podendo ser substituída pelo registro cadastral junto ao SICAUF do Município, ou junto ao SICAF ou CAUF/PR (IN SEGES-ME 73/2022, art. 36, § 1º e art. 39, § 1º).

7.10.2 Em qualquer caso, os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.3 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES-ME 73/2022, art. 39, § 4º), para efeito de:

I complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro, no que auxiliado por equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9, I).

7.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da ME/EPP somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º).

7.16 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 DOS RECURSOS

8.1 Das decisões de julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, anulação ou revogação da licitação, cabe recurso administrativo (Lei 14.133/2021, art. 165).

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação do licitante:

I a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

III na hipótese de adoção da inversão de fases de habilitação e de julgamento e classificação das propostas (Lei 14.133/2021, art. 17, § 1º), o prazo para apresentação das razões recursais terá início na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.vitorino.pr.gov.br.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- II salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado, quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - d) deixar de apresentar amostra;
 - e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI fraudar a licitação;
- VII comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VIII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX praticar ato lesivo contra a Administração Pública (Lei 12.846/2013, art. 5º).
- 9.2 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I advertência;
- II multa;
- III impedimento de licitar e contratar e
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1 Para as infrações previstas no **item 9.1, subitens I, II, III e IV**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2 Para as infrações previstas no **item 9.1, subitens V, VI, VII, VIII e IX**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no **item 9.1, subitens I, II, III e IV**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no **item 9.1, subitens V, VI, VII, VIII e IX**, bem como pelas infrações administrativas previstas no **item 9.1, subitens I, II, III e IV** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (Lei 14.133/2021, art. 156, § 5º).

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, configuram descumprimento total da obrigação assumida e sujeitam o licitante às penalidades previstas bem como à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município (IN SEGES-ME 73/2022, art. 45, § 4º).

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pelo fiscal do contrato, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da própria plataforma.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando e vencendo a contagem em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Transparência do Município de Vitorino e endereço eletrônico www.vitorino.pr.gov.br e <https://bllcompras.com>.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I ANEXO I – Termo de Referência

II ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato / Ata de Registro de Preço

Vitorino, 19/05/2025

Fernando Senhorini
Pregoeiro

ANEXO I – Termo de Referência

1 OBJETO

15

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência se destina à **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO** para contratação do fornecimento de bens Materiais Hidráulicos e Elétricos, conforme especificação abaixo:

Especificação do objeto					
Abreviações:					
Und: Unidade de medida do bem ou serviço					
Qtd: Quantidade bem ou serviço, segundo a Und					
PTL: Preço Total do Lote, com números expressos em reais					
PUMáx: Preço Unitário Máximo, com números expressos em reais					
PTMáx: Preço Total Máximo, com números expressos em reais					
Lote: 01		PTL:	R\$ 77.143,15		
Item	Especificação	Und.	Qtd.	PUM	PTM
1	Adesivo plástico para PVC - bisnaga com 17 g.	UN	25	2,57	64,25
2	Adesivo plástico para PVC - bisnaga com 75 g.	UN	20	10,19	203,80
3	Adesivo plástico para PVC - frasco com 175 g.	UN	40	19,50	780,00
4	Anel de cera para vedação de vaso sanitário.	UN	35	7,99	279,65
5	Assento sanitário elevado para deficientes físicos - 13,5 cm.	UN	10	115,30	1.153,00
6	Assento sanitário almofadado - tipo convencional.	UN	35	42,95	1.503,25
7	Vaso sanitário com caixa acoplada, , louça branca, 3/6 litros - infantil.	UN	10	1.080,00	10.800,00
8	Vaso sanitário com caixa acoplada, louça branca, 3/6 litros - convencional.	UN	10	385,71	3.857,10
9	Vaso sanitário com caixa aclopada, louça branca, 3/6 litros - para portadores de deficiência física.	UN	5	915,75	4.578,75
10	Caixa d'água em polietileno, com tampa - 310 L.	UN	5	205,60	1.028,00
11	Caixa d'água em polietileno, com tampa - 1000 L.	UN	5	369,61	1.848,05
12	Caixa d'água em polietileno, com tampa - 5000 L.	UN	5	2.582,46	12.912,30
13	Caixa de descarga, plástico, 9 L, puxador em fio de nylon - não incluso cano, bolsa e engate.	UN	40	33,53	1.341,20
14	Caixa sifonada, PVC, com grelha redonda branca - 100 x 100 x 50 mm.	UN	10	16,42	164,20

15	Caixa sifonada, PVC, com grelha quadrada branca - 150 x 150 x 50 mm.	UN	10	26,82	268,20
16	Curva 45°, PVC, soldável, para água fria predial - 25 mm (NBR 5648).	UN	15	2,66	39,90
17	Curva 45°, PVC, soldável, para água fria predial - 32 mm (NBR 5648).	UN	15	5,07	76,05
18	Curva 45°, PVC, soldável, para água fria predial - 50 mm (NBR 5648).	UN	10	8,47	84,70
19	Curva 45°, PVC, soldável, para água fria predial - 60 mm (NBR 5648).	UN	10	11,83	118,30
20	Curva 45°, PVC, soldável, para água fria predial - 75 mm (NBR 5648).	UN	10	22,90	229,00
21	Curva 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 20 mm (NBR 5648).	UN	20	1,76	35,20
22	Curva 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 25 mm (NBR 5648).	UN	15	3,47	52,05
23	Curva 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 32 mm (NBR 5648).	UN	20	6,33	126,60
24	Curva 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 50 mm (NBR 5648).	UN	15	10,99	164,85
25	Curva 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 60 mm (NBR 5648).	UN	10	25,25	252,50
26	Curva de transposição, PVC, soldável, para água fria predial - 25 mm.	UN	10	4,69	46,90
27	Curva 45°, longa, PVC, PB, JE, para rede coletora esgoto - DN 50 mm (NBR 10569).	UN	15	8,77	131,55
28	Curva 45°, longa, PVC, PB, JE, para rede coletora esgoto - DN 75 mm (NBR 10569).	UN	20	23,58	471,60
29	Curva 45°, longa, PVC, PB, JE, para rede coletora esgoto - DN 150 mm (NBR 10569).	UN	20	54,38	1.087,60
30	Curva 90°, curta, PVC, PB, JE, para rede coletora esgoto - DN 75 mm (NBR 10569).	UN	10	4,65	46,50
31	Curva 90°, curta, PVC, PB, JE, para rede coletora esgoto - DN 100 mm (NBR 10569).	UN	20	15,96	319,20
32	União plástica para mangueira - 1/2".	UN	15	0,99	14,85
33	União plástica para mangueira - 1.1/4" (32 mm).	UN	15	1,34	20,10
34	Chave hidráulica, três cabeças, antiderrapante e forjamento de liga de zinco.	UN	10	61,98	619,80
35	Engate flexível com malha de aço - 40 cm.	UN	10	14,49	144,90
36	Engate flexível com malha de aço - 60 cm.	UN	35	16,76	586,60
37	Engate flexível plástico - 50 cm.	UN	10	6,17	61,70
38	Fita veda rosca em rolo de 18 mm - 10 m.	UN	60	5,86	351,60
39	Fita veda rosca em rolo de 18 mm - 25 m.	UN	75	8,12	609,00

40	Fita veda rosca em rolo de 18 mm - 50 m.	UN	70	12,89	902,30
41	Joelho 90°, com visita, PVC, para esgoto predial - 100 x 75 mm.	UN	15	16,20	243,00
42	Joelho 90°, com visita, PVC, para esgoto predial - 100 x 50 mm.	UN	10	16,10	161,00
43	Joelho com bucha de latão - 20 mm x 1/2".	UN	20	4,03	80,60
44	Joelho com bucha de latão - 25 mm x 1/2".	UN	40	4,95	198,00
45	Joelho 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 25 x 20 mm.	UN	45	1,86	83,70
46	Joelho 90°, PVC, soldável, para água fria predial - 32 x 25 mm.	UN	55	3,22	177,10
47	Junção de PVC, dupla, para esgoto predial, com junta elástica - 100 x 100 x 100 mm.	UN	15	33,32	499,80
48	Junção de PVC, invertida, para esgoto predial, com junta elástica - 75 x 75 mm.	UN	15	17,65	264,75
49	Junção de PVC, 45°, simples, para esgoto predial, série normal - 40 x 40 mm.	UN	10	3,06	30,60
50	Junção de PVC, simples, para esgoto predial, série R - 100 x 100 mm.	UN	25	18,00	450,00
51	Acabamento para válvula de descarga em inox.	UN	15	51,28	769,20
52	Reparo completo de caixa de descarga acoplada	UN	20	48,79	975,80
53	Kit completo para reparos em registro de pressão 1/2".	UN	20	49,76	995,20
54	Kit completo para reparos em registro de pressão 3/4".	UN	10	55,32	553,20
55	Kit completo para reparos em registro PVC 25mm	UN	10	30,41	304,10
56	Luva de correr em PVC rígido para esgoto, 40 mm	UN	15	8,16	122,40
57	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 20 mm, para água fria predial	UN	20	6,76	135,20
58	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 25 mm, para água fria predial	UN	25	13,25	331,25
59	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 32 mm, para água fria predial	UN	10	18,71	187,10
60	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 50 mm, para água fria predial	UN	15	19,48	292,20
61	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 60 mm, para água fria predial	UN	10	26,00	260,00
62	Luva de correr, PVC, DN 100 mm, para esgoto predial	UN	10	20,01	200,10
63	Luva de correr, PVC, DN 50 mm, para esgoto predial	UN	10	8,65	86,50
64	Luva de PVC rígido, LR 25 x 1/2", com bucha de latão	UN	15	4,14	62,10
65	Luva de PVC rígido, LR 25 x 3/4", com bucha de latão	UN	10	5,74	57,40

66	Luva de redução de PVC rígido LR 25 x 1/2"	UN	20	3,40	68,00
67	Luva de redução soldável, PVC, 32 mm x 25 mm, para água fria predial	UN	15	2,72	40,80
68	Luva de redução soldável, PVC, 40 mm x 32 mm, para água fria predial	UN	15	4,81	72,15
69	Luva PVC soldável, 20 mm, para água fria predial	UN	45	0,86	38,70
70	Luva PVC soldável, 25 mm, para água fria predial	UN	35	1,98	69,30
71	Luva PVC soldável, 32 mm, para água fria predial	UN	55	2,86	157,30
72	Luva PVC soldável, 40 mm, para água fria predial	UN	40	4,54	181,60
73	Luva PVC soldável, 60 mm, para água fria predial	UN	20	13,34	266,80
74	Luva simples, PVC, soldável, DN 100 mm, série normal, para esgoto predial	UN	30	9,06	271,80
75	Luva simples, PVC, soldável, DN 40 mm, série normal, para esgoto predial	UN	15	4,04	60,60
76	Luva simples, PVC, soldável, DN 75 mm, série normal, para esgoto predial	UN	10	6,58	65,80
77	Pistola aplicadora de silicone (750 mL)	UN	2	27,05	54,10
78	Ralo sifonado PVC redondo cônico, 100 x 40 mm, com grelha branca redonda	UN	15	8,10	121,50
79	Redução excêntrica de PVC esgoto 100 x 50 mm, com junta elástica	UN	10	10,36	103,60
80	Redução excêntrica de PVC esgoto 100 x 75 mm, com junta elástica	UN	15	13,87	208,05
81	Redução excêntrica de PVC esgoto 75 x 50 mm, com junta elástica	UN	10	8,42	84,20
82	Registro de esfera, PVC, com volante, VS, soldável, DN 25 mm, com corpo dividido	UN	10	16,36	163,60
83	Registro de esfera, PVC, com volante, VS, soldável, DN 32 mm, com corpo dividido	UN	15	25,25	378,75
84	Registro de pressão PVC, soldável, volante simples, de 25 mm	UN	10	12,91	129,10
85	Sifão duplo sanfonado plástico extensível universal	UN	10	12,67	126,70
86	Sifão plástico extensível universal, tipo copo	UN	45	14,13	635,85
87	Solução limpadora para PVC, frasco com 200 cm ³	UN	10	11,56	115,60
88	Espude para vaso sanitário	UN	10	11,53	115,30
89	Tanque de lavar roupas em concreto pré-moldado, 1 boca, com apoio/pés, de *60 x 65 x 80* cm (L x P x A)	UN	10	212,00	2.120,00

90	Tanque de PVC 24 litros com acessórios de fixação	UN	10	114,20	1.142,00
91	TÊ de redução LR de PVC rígido com rosca na bolsa central 25 x 25 x 1/2"	UN	10	4,25	42,50
92	TÊ PVC esgoto 100 x 100 mm, com junta elástica	UN	25	10,00	250,00
93	TÊ PVC esgoto 100 x 50 mm, com junta elástica	UN	20	10,70	214,00
94	TÊ PVC esgoto 50 x 50 mm, com junta elástica	UN	10	4,80	48,00
95	TE PVC, soldável, com bucha de latão na bolsa central, 90 graus, 25 mm x 1/2", para água fria predial	UN	10	8,33	83,30
96	TE soldável, PVC, 90 graus, 20 mm, para água fria predial (NBR 5648)	UN	35	0,89	31,15
97	TE soldável, PVC, 90 graus, 25 mm, para água fria predial (NBR 5648)	UN	10	2,75	27,50
98	TE soldável, PVC, 90 graus, 32 mm, para água fria predial (NBR 5648)	UN	10	3,54	35,40
99	TE soldável, PVC, 90 graus, 40 mm, para água fria predial (NBR 5648)	UN	10	6,41	64,10
100	TE soldável, PVC, 90 graus, 50 mm, para água fria predial (NBR 5648)	UN	10	8,59	85,90
101	TE soldável, PVC, 90 graus, 60 mm, para água fria predial (NBR 5648)	UN	10	28,42	284,20
102	Tubo de descida externo de PVC para caixa de descarga externa alta - 40 mm x 1,60 m	UN	10	14,45	144,50
103	Tubo de PVC esgoto 100 mm, com junta elástica	M	200	9,70	1.940,00
104	Tubo de PVC esgoto 150 mm, com junta elástica	M	50	30,79	1.539,50
105	Tubo de PVC esgoto 50 mm, com junta elástica	M	200	7,43	1.486,00
106	Tubo PVC, soldável, DN 20 mm, água fria (NBR 5648)	M	100	3,35	335,00
107	Tubo PVC, soldável, DN 25 mm, água fria (NBR 5648)	M	100	3,83	383,00
108	Tubo PVC, soldável, DN 32 mm, água fria (NBR 5648)	M	50	8,92	446,00
109	Tubo PVC, soldável, DN 50 mm, água fria (NBR 5648)	M	100	15,38	1.538,00
110	Tubo PVC, soldável, DN 60 mm, água fria (NBR 5648)	M	100	22,19	2.219,00
111	Vedação PVC, 100 mm, para saída vaso sanitário	UN	15	6,70	100,50

Lote: 02			PTL:	R\$375.841,40	
Item	Especificação	Und.	Qtd.	PUM	PTM
1	Abraçadeira de PVC 3/4" na cor cinza.	UN	10	0,80	8,00

2	Abraçadeira de PVC 1" na cor cinza.	UN	10	0,82	8,20
3	Abraçadeira em nylon, 200 x 3,5 mm (Pacote com 100 unidades).	UN	10	17,03	170,30
4	Abraçadeira tipo "D" de 1/2" com cunha de fixação.	UN	10	0,64	6,40
5	Abraçadeira tipo "D" de 1" com cunha de fixação.	UN	10	1,33	13,30
6	Arame galvanizado 14 AWG.	KG	10	14,53	145,30
7	Arame Galvanizado 16 AWG.	KG	10	25,95	259,50
8	Arruela em alumínio 1/2" para eletroduto.	UN	100	0,85	85,00
9	Arruela em alumínio 3/4" para eletroduto.	UN	100	1,00	100,00
10	Arruela em alumínio 1" para eletroduto.	UN	150	1,29	193,50
11	Base para relé fotoelétrico - 3 pinos.	UN	15	4,32	64,80
12	Bateria alcalina, 23 A, 12 V, conforme a resolução n. 257 de 30/06/99 do CONAMA e NBRs 7039/87 e 11175/90 (ABNT). Embalada em cartela com 1 unidade.	UN	10	2,83	28,30
13	Bateria de lítio, tipo moeda, 20 X 3.2 mm, 225 mA/h, 3 V. Cartela com 5 unidades.	UN	10	15,04	150,40
14	Bucha de alumínio para cano de 1/2" até 3".	UN	10	1,55	15,50
15	Bucha de nylon (6 a 10 mm).	UN	10	0,69	6,90
16	Cabo de alumínio, multiplexado, duplex isolado, XLPE, 750V - 2 x 10 mm².	M	100	2,34	234,00
17	Cabo de alumínio, multiplexado, duplex isolado, XLPE, 750V - 2 x 16 mm².	M	100	3,51	351,00
18	Cabo de alumínio, multiplexado, duplex isolado, XLPE, 750V - 2 x 25 mm².	M	100	5,07	507,00
19	Cabo de alumínio, multiplexado, quadruplex isolado, XLPE, 750V - 4 X 16 mm².	M	100	6,02	602,00
20	Cabo de alumínio, multiplexado, quadruplex isolado, XLPE, 750V - 4 X 25 mm².	M	100	13,97	1.397,00
21	Cabo de alumínio, multiplexado, quadruplex isolado, XLPE, 750V - 4 X 35 mm².	M	400	16,23	6.492,00
22	Cabo de alumínio, multiplexado, triplex, isolado, XLPE, 750V - 3 X 10 mm².	M	100	3,01	301,00
23	Cabo de alumínio, multiplexado, triplex, isolado, XLPE, 750V - 3 X 16 mm².	M	100	5,25	525,00
24	Cabo de alumínio, multiplexado, triplex, isolado, XLPE, 1kV - 3 X 25 mm².	M	300	8,14	2.442,00
25	Cabo de alumínio, multiplexado, triplex, isolado, XLPE, 1kV - 3 X 35mm².	M	100	11,02	1.102,00
26	Cabo de cobre, EPR, flexível, 1kV - 1 x 120 mm².	M	100	76,36	7.636,00
27	Cabo de cobre, EPR, flexível, 1kV - 1 x 240 mm².	M	100	123,00	12.300,00

28	Cabo de cobre, EPR, flexível, 1kV - 1 x 95 mm².	M	100	62,68	6.268,00
29	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 2 x 1,5 mm².	M	250	2,80	700,00
30	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 2 x 2,5 mm².	M	250	3,71	927,50
31	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 3 x 4,0 mm².	M	200	7,83	1.566,00
32	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 2 X 6,0 mm².	M	100	6,00	600,00
33	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 3 X 10 mm².	M	250	21,74	5.435,00
34	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 3 X 16 mm².	M	100	28,12	2.812,00
35	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 3 X 2,5 mm².	M	100	4,76	476,00
36	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 3 X 4,0 mm².	M	100	7,79	779,00
37	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 3 X 6,0mm².	M	50	13,14	657,00
38	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 4 X 10 mm².	M	10	25,47	254,70
39	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 4 X 2,5 mm².	M	10	7,20	72,00
40	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 4 X 4,0 mm².	M	60	9,62	577,20
41	Cabo de cobre, flexível, isolado, PVC, 750V, PP - 1 x 6,0 mm².	M	150	4,00	600,00
42	Caixa de medição, padrão Copel - AN1.	UN	10	165,00	1.650,00
43	Caixa de medição, padrão Copel - CN1.	UN	10	203,69	2.036,90
44	Canaleta para piso em PVC, base e tampa, dimensões 50 x 20 x 2000 mm, com divisória e adesivo para fixação - cor cinza.	UN	10	47,00	470,00
45	Canaleta em PVC, base e tampa, dimensões 20 x 10 x 2000 mm, com divisória e adesivo para fixação - cor branca.	UN	10	4,63	46,30
46	Carregador de pilha para 4 unidades AA/AAA, bivolt.	UN	5	44,66	223,30
47	Chave/Interruptor, alavanca, metálica, bipolar, 20A.	UN	20	111,00	2.220,00
48	Chuveiro/Ducha, multitemperaturas, com comando eletrônico de ajuste de temperatura, 220V/7500W.	UN	10	96,58	965,80
49	Condulete de PVC na cor cinza 3/4" tipo T.	UN	10	14,08	140,80
50	Conector em barra, sindal, 4 a 10 mm, com 12 bornes (polos), de polietileno.	UN	10	5,55	55,50

51	Conector de cobre eletrolítico, tipo parafuso fendido, 10 mm²	UN	10	6,38	63,80
52	Conector de cobre eletrolítico, tipo parafuso fendido, 70 mm²	UN	10	21,43	214,30
53	Conjunto tomada e plugue macho de porcelana de sobrepor bipolar 2x20 Ampéres	UN	35	6,81	238,35
54	Contator corrente nominal 25A, Tensão de comando 220V 50/60Hz	UN	10	67,32	673,20
55	Contator corrente nominal 40A, Tensão de comando 220V 50/60Hz	UN	10	162,83	1.628,30
57	Disjuntor, bipolar, curva C - 100 A (DIN)	UN	10	50,66	506,60
58	Disjuntor, bipolar, curva C - 16 A (DIN)	UN	10	22,30	223,00
59	Disjuntor, bipolar, curva C - 20 A (DIN)	UN	10	27,21	272,10
60	Disjuntor, bipolar, curva C - 25 A (DIN)	UN	10	31,91	319,10
61	Disjuntor, bipolar, curva C - 32 A (DIN)	UN	10	35,11	351,10
62	Disjuntor, bipolar, curva C - 40 A (DIN)	UN	10	39,26	392,60
63	Disjuntor, bipolar, curva C - 50 A (DIN)	UN	10	46,33	463,30
64	Disjuntor, monopolar, curva C - 10 A (DIN)	UN	10	10,78	107,80
65	Disjuntor, monopolar, curva C - 25 A (DIN)	UN	10	17,24	172,40
66	Disjuntor, monopolar, curva C - 32 A (DIN)	UN	10	17,65	176,50
67	Disjuntor, tripolar, curva C - 100 A (DIN)	UN	10	112,90	1.129,00
68	Disjuntor, tripolar, curva C - 125 A (DIN)	UN	10	163,30	1.633,00
69	Disjuntor, tripolar, curva C - 16 A (DIN)	UN	10	29,56	295,60
70	Disjuntor, tripolar, curva C - 20 A (DIN)	UN	10	36,65	366,50
71	Disjuntor, tripolar, curva C - 32 A (DIN)	UN	10	36,76	367,60
72	Disjuntor, tripolar, curva C - 40 A (DIN)	UN	10	40,09	400,90
73	Disjuntor, tripolar, curva C - 50 A (DIN)	UN	10	51,54	515,40
74	Disjuntor, tripolar, curva C - 63 A (DIN)	UN	10	53,88	538,80
75	Disjuntor, tripolar, curva C - 70 A (DIN)	UN	10	57,24	572,40
76	Disjuntor, tripolar, curva C - 80 A (DIN)	UN	10	129,40	1.294,00
77	Disjuntor tripolar termomagnético caixa moldada 150A	UN	10	216,80	2.168,00
78	Disjuntor, tripolar, termomagnético, caixa moldada - 200 A	UN	10	239,59	2.395,90
79	Disjuntor, tripolar, termomagnético, caixa moldada - 250 A	UN	10	286,41	2.864,10
80	Disjuntor, tripolar, termomagnético, caixa moldada - 300 A	UN	10	629,80	6.298,00
81	Dispositivo de proteção - DPST - neutro - modelo DIN	UN	10	31,35	313,50
82	Eletroduto flexível, kanaflex, corrugado, PVC - 1".	M	200	1,69	338,00
83	Eletroduto flexível, kanaflex, corrugado, PVC - 1.1/2".	M	200	6,52	1.304,00
84	Eletroduto flexível, kanaflex, corrugado, PVC - 1.1/4".	M	200	3,90	780,00

85	Eletroduto flexível, kanaflex, corrugado, PVC - 1/2".	M	200	1,73	346,00
86	Eletroduto flexível, kanaflex, corrugado, PVC - 2".	M	200	5,93	1.186,00
87	Fio cabo flexível, 750V - 10 mm	M	350	5,78	2.023,00
88	Fio cabo flexível, 750V - 1,5 mm	M	600	1,08	648,00
89	Fio cabo flexível, 750V - 2,5 mm	M	1200	4,55	5.460,00
90	Fio cabo flexível, 750V - 4 mm	M	1000	4,68	4.680,00
91	Fio cabo flexível, 750V - 6 mm	M	500	6,44	3.220,00
92	Fita isolante, antichama, cor preta, rolo de 19 mm - 20 m	UN	10	9,41	94,10
93	Grampo fixa cabos em PVC - 4,0 mm ² (Pacote com 100 unidades)	UN	10	4,00	40,00
94	Haste de aterramento cobreada de 1/2" x 2,4m - NBR 13571 com conector 1/2" (tipo gar)	UN	10	49,73	497,30
95	Haste de aterramento cobreada de 5/8" x 2,4m - NBR 13571 com conector 5/8" (tipo gar)	UN	10	59,73	597,30
96	Interruptor acoplado horizontal 1 tecla e 1 tomada 2P+T de embutir, com placa 4x2 na cor branca, 10A	UN	20	8,50	170,00
97	Interruptor acoplado horizontal 2 teclas e 1 tomada 20A 2P+T de embutir, com placa 4x2 na cor branca, 10A	UN	25	5,87	146,75
98	Interruptor paralelo horizontal 2 teclas com caixa externa de sobrepor, na cor branca, adequado para o sistema x, 10A	UN	45	7,27	327,15
99	Interruptor paralelo horizontal 2 teclas de embutir, com placa 4x2 na cor branca, 10A	UN	10	18,95	189,50
100	Interruptor paralelo horizontal 3 teclas com caixa externa de sobrepor, na cor branca, adequado para o sistema x, 10 ^a	UN	40	20,35	814,00
101	Interruptor paralelo horizontal 3 teclas de embutir, com placa 4x2 na cor branca, 10A	UN	40	19,64	785,60
102	Interruptor paralelo vertical 1 tecla com caixa externa de sobrepor, na cor branca, adequado para o sistema x, 10A	UN	20	9,51	190,20
103	Interruptor paralelo vertical 1 tecla de embutir, com placa 4x2 na cor branca, 10A	UN	10	10,45	104,50
104	Interruptor simples horizontal 2 teclas de embutir, acompanha tampa para condutele PVC na cor cinza adequado para o interruptor 2 teclas	UN	10	17,84	178,40
105	Interruptor simples horizontal 3 teclas de embutir, acompanha tampa para condutele PVC na cor cinza adequado para o interruptor 3 teclas	UN	10	17,68	176,80

106	Interruptor simples vertical 1 tecla com caixa externa de sobrepor, na cor branca, adequado para sistema x, 10A	UN	30	4,63	138,90
107	Isolador Olhal	UN	10	8,55	85,50
108	Lâmpada de LED, bulbo, E-27, branco frio - 15 W	UN	100	6,37	637,00
109	Lâmpada de LED, bulbo, E-27, branco frio - 9 W	UN	100	4,34	434,00
110	Lâmpada de LED, bulbo, E-27, branco frio - 20 W	UN	250	7,74	1.935,00
111	Lâmpada de LED, bulbo, E-27, branco frio - 40 W	UN	250	15,72	3.930,00
112	Lâmpada de LED, tubular - 18 W	UN	250	8,81	2.202,50
113	Lâmpada de LED, tubular - 9 W	UN	250	7,02	1.755,00
114	Módulo interruptor paralelo 10A 250V BCA	UN	40	7,85	314,00
115	Módulo Int simples 10A 250V BCA	UN	10	8,21	82,10
116	Modulo tomada 2P+T 20A 250V BCA	UN	35	6,58	230,30
117	Módulo tomada RJ11 (2Fios) BCA	UN	10	13,68	136,80
118	Modulo tomada RJ-45 (8fios) Cat. 5 BCA	UN	10	14,33	143,30
119	Organizador de cabos tipo espiral, 1/2", PVC, cor preta	UN	10	4,77	47,70
120	Organizador de cabos tipo espiral, 3/4", PVC, cor preta	UN	10	20,00	200,00
121	Painel de Led de embutir quadrado/redondo 18W 6000/6500K	UN	20	16,80	336,00
122	Painel de Led de sobrepor quadrado/redondo 18W 6000/6500K	UN	40	22,83	913,20
123	Painel de Led de sobrepor quadrado/redondo 24W 6000/6500K	UN	70	27,53	1.927,10
141	Poste de concreto 7,2m 200 Dan	UN	10	1.031,83	10.318,30
142	Poste de concreto 7,5m 300 Dan	UN	10	1.078,33	10.783,30
143	Poste de concreto duplo "T" B.300-10,5 metros	UN	10	1.348,90	13.489,00
144	Poste de concreto duplo "T" B.300-12 metros	UN	10	2.560,25	25.602,50
145	Poste de concreto duplo "T" B.300-9 metros	UN	10	2.061,67	20.616,70
146	Refletor de LED - 50 W	UN	40	36,73	1.469,20
147	Refletor de LED - 100 W	UN	60	42,64	2.558,40
148	Refletor de LED - 150 W	UN	40	62,46	2.498,40
149	Relé de proteção falta/sequência de fase, alimentação trifásica, 220/240V CA, 50/60Hz	UN	10	127,67	1.276,70
150	Roldana - 72 X 72 mm (Padrão Copel).	UN	10	7,42	74,20
151	Sensor de presença, com soquete, E-27, com abrangência em 360°, compatível com qualquer tipo de lâmpada, com fotocélula, com regulagem de tempo, 127V/220V.	UN	10	37,17	371,70

152	Sensor de presença de sobrepor, interno, com fotocélula, abrangência em 360°, com regulagem de tempo, adequado para qualquer modelo de lâmpada, 127V/220V.	UN	10	37,31	373,10
153	Terminal à compressão para condutores de alumínio, alumínio extrudado - 120 mm².	UN	10	17,42	174,20
154	Terminal à compressão para condutores de alumínio, alumínio extrudado - 35 mm².	UN	10	5,59	55,90
155	Terminal à compressão para condutores de alumínio, alumínio extrudado - 50 mm².	UN	10	6,59	65,90
156	Terminal à compressão para condutores de alumínio, alumínio extrudado - 70 mm².	UN	10	7,23	72,30
157	Terminal à compressão para condutores de alumínio, alumínio extrudado - 95 mm².	UN	10	10,53	105,30
158	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 10 mm².	UN	10	1,06	10,60
159	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 120 mm².	UN	10	7,56	75,60
160	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 16 mm².	UN	10	1,44	14,40
161	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 25 mm².	UN	10	2,15	21,50
162	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 35 mm².	UN	10	2,14	21,40
163	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 50 mm².	UN	10	3,75	37,50
164	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 70 mm².	UN	10	4,69	46,90
165	Terminal à compressão para condutores de cobre, cobre eletrolítico - 95 mm².	UN	10	5,91	59,10
166	Tomada de embutir, 20 A, 250 V, com placa 4x2, cor branca - 2P+T.	UN	35	4,53	158,55
167	Tomada de embutir, 20 A, 250 V, com placa 4x2, cor branca - 2Tx2P+T.	UN	20	11,73	234,60
168	Tomada de sobrepor, 10 A, 250 V, cor branca - 2P+T.	UN	30	9,37	281,10
169	Tomada de sobrepor, 20 A, 250 V, cor branca - 2P+T.	UN	20	9,22	184,40
170	Tomada de sobrepor, 20 A, 250 V, cor branca - 2Tx2P+T.	UN	60	8,76	525,60
171	Tomada de sobrepor, 20 A, 250 V, cor branca - 3Tx2P+T.	UN	50	12,97	648,50
172	Torneira elétrica, articulável, com fixação em bancada, 127V/220V, potência mínima de 5500 W, cor branca.	UN	10	131,23	1.312,30
173	Torneira elétrica, articulável, com fixação em parede, 127V/220V, potência mínima de 5500 W, cor branca.	UN	10	116,88	1.168,80
174	Luminaria para iluminação Pública - LED 120W - invólucro de alumínio ou aço inox	UN	250	565,00	141.250,00

	Potência máxima: 120W; Eficiência energética mínima: 140 lm/W; Fluxo luminoso efetivo mínimo: 16.800 lm; Fator de potência > 0.9; Distorção harmônica total < 20%; Grau de proteção contra poeira e umidade: IP66/IP66 à prova d'água; Vida útil do led (L70): 50.000 horas; Temperatura média de cor: 6000k; Índice de reprodução de cor (IRC) > 8.0; Tensão: 110v / 220v - Bivolt Automático; Proteção contra impactos mecânicos: mínimo IK08; invólucro de alumínio ou aço inox.				
175	Rele sistema de operação acende/apaga lâmpadas em função de variação da iluminancia, sistema construtivo para uso em corrente alternada, corpo em policarbonato estabilizado contra raios ultravioleta, pinos de contato em latão estranhado fixado na parte inferior e selados, contatos auto limpantes de carga de alta durabilidade, superior a 15000 operações, tipo nf em operação, sensor fotoelétrico fototransistor de alta sensibilidade, faixa de operação 6A15 lux para ligar e no máximo 25lux para desligar, de acordo com a ABNT NBR 5123, tensão de operação 220V, temperatura trabalho de -5C a 50C, tempo de resposta +0,5s, consumo máximo de 0,92W em 220V ou 0,4W em 127V, máxima potencia comando 1000W ou 1800VA, UN	UN	100	96,33	9.633,00
Lote: 03		PTL:	R\$ 37.064,00		
112	Telha de fibrocimento, ondulada, 2,13 x 1,10 m, espessura 5 mm	UN	150	79,52	11.928,00
113	Telha de fibrocimento, ondulada, 2,44 x 0,50 m, espessura 4 mm	UN	500	24,63	12.315,00
114	Telha de fibrocimento, ondulada, 2,44 x 1,10 m, espessura 6 mm	UN	100	81,30	8.130,00
115	Cumeeira articulada, aba superior e inferior (par) em fibrocimento, sem amianto, para telha ondulada de 6 mm, inclinação de 10 a 45°, comprimento total 110 cm, abas entre 350 e 415 mm, espessura entre 5 e 6 mm	PAR	100	46,91	4.691,00
Lote: 04		PTL:	R\$ 28445,70		
116	Lona plástica preta, extra forte, rolo/bobina com largura de 8,00 m e comprimento de 100,00 m, 200 micras.	UN	10	1.222,84	12.228,40
117	Lona plástica preta, com largura de 6,00 m, 100 micras.	M	1000	2,60	2.600,00

56	Disco de corte a seco diamantado segmentado para aplicação em alvenaria 4-3/8 x 3/4" furo 7/8"	UN	10	11,66	116,60
133	Pilha alcalina, tamanho grande (D), voltagem de 1,5 V, fórmula avançada e composição de dióxido de manganês, zinco, hidróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 2 unidades.	UN	10	13,60	136,00
134	Pilha alcalina, tamanho média (C), voltagem de 1,5 V, impedância interna nominal 150 m-ohm em 1 khz, normas neda/ansi 14 a, iec lr14, conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 2 unidades.	UN	10	10,11	101,10
135	Pilha alcalina, tamanho palito (AAA), voltagem de 1,5 V, fórmula avançada e composição de dióxido de manganês, zinco, hidróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 2 unidades.	UN	10	9,89	98,90
136	Pilha alcalina, tamanho pequena (aa), voltagem de 1,5 v, impedância interna nominal 120 m-ohm em 1 khz, normas neda/ansi 15 a, iec lr6, conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 4 unidades.	UN	10	7,30	73,00
137	Pilha comum, tamanho grande (D), voltagem de 1,5 V, 6200 mah, conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 2 unidades.	UN	10	11,43	114,30
138	Pilha comum, tamanho média (C), voltagem de 1,5 V, 2650 mah, conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 2 unidades.	UN	10	9,14	91,40
139	Pilha comum, tamanho pequena (AA), voltagem de 1,5 V. Conforme a resolução nº 257 de 30/06/99 do conama, norma ABNT 7039/87 e 11175/90. Embalado em cartela contendo 4 unidades.	UN	10	9,53	95,30
140	Pilha recarregável, AA, 2500 mAh. Composição Química: Níquel-hidreto	UN	10	23,67	236,70

	metálico (NiMH): hidreto metálico, óxidos de níquel e hidróxido de potássio. Embalado em cartela contendo 2 unidades.				
124	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 1", caixa com 100 unidades.	UN	30	92,50	2.775,00
125	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 3", caixa com 100 unidades.	UN	100	45,00	4.500,00
126	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 3/4", caixa com 100 unidades	UN	100	45,00	4.500,00
127	Parafuso Auto Brocante Philips 4,2 X 13mm, caixa com 100 unidades	UN	50	10,67	533,50
128	Parafuso Auto Brocante Philips 4,2 X 25MM	UN	300	0,17	51,00
129	Parafuso Chipboard Chata Philips 3,5X16	UN	350	0,04	14,00
130	Parafuso Chipboard Chata Philips 3,5X40	UN	350	0,08	28,00
131	Parafuso Chipboard Chata Philips 4,5X40	UN	200	0,20	40,00
132	Parafuso Chipboard Chata Philips 4,5X50	UN	750	0,15	112,50

1.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano(s), podendo ser prorrogado em havendo concordância das partes, nos termos e nos limites da lei.

2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

2.2. Não será exigência garantia da contratação (Lei 14.133/2021, art. 96 e seguintes).

3 MODELO DE EXECUÇÃO

3.1 Prazo/Cronograma

O objeto deverá ser fornecido no prazo de 07 (sete) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, observadas as quantidades ali determinadas.

3.2 Forma de Contratação

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço, conforme os artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os licitantes deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e apresentar todos os documentos exigidos para habilitação, conforme disposto no art. 62 da referida Lei.

3.3 Regionalização

Visando à regionalização das compras e ao incentivo da economia local e regional, respeitando a livre concorrência e o interesse público, o Município adota o seguinte critério geográfico para definição dos fornecedores:

- **Municípios Vizinhos:** Quando o fornecimento exigir proximidade, mas não houver livre concorrência em Vitorino, serão considerados aptos os fornecedores sediados em Vitorino e em municípios limítrofes a Vitorino, garantindo agilidade e economicidade no atendimento.

Municípios vizinhos:

Município	Distância (Google Maps)
Pato Branco - PR	15,4 Km
Mariópolis - PR	29,5 Km
Bom Sucesso do Sul - PR	39,9 Km
Renascença - PR	26,8 Km
São Lourenço do Oeste - SC	14,0 Km
Jupia – SC	30,5 Km

3.3.1 Justificativa da Regionalização

A aquisição de materiais elétricos e hidráulicos está diretamente relacionada à manutenção contínua e emergencial das instalações e redes públicas do Município, como:

- redes de abastecimento de água,
- sistemas de esgoto,
- iluminação pública,
- prédios e equipamentos públicos,
- demais estruturas que exigem intervenções técnicas frequentes.

Essas demandas, muitas vezes urgentes, requerem reposição rápida de materiais específicos, como forma de preservar a regularidade dos serviços públicos e evitar danos ao patrimônio municipal e transtornos à população.

Embora o Município de Vitorino não conte com fornecedores locais suficientes, há disponibilidade adequada nos municípios da região, situados a curtas distâncias e capazes de realizar entregas rápidas e com menor custo logístico.

Dessa forma, a regionalização da contratação se justifica plenamente, considerando:

- maior agilidade no fornecimento, inclusive em situações emergenciais;
- redução de custos com transporte, frete e deslocamentos, principalmente para itens de baixo valor unitário;
- melhoria na gestão de estoques, com compras conforme a demanda real;
- fortalecimento da economia regional;
- e ampla concorrência entre fornecedores efetivamente instalados na região.

Trata-se, portanto, de medida que não configura restrição indevida à competitividade, mas sim ação legítima para atender ao interesse público com base nos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

3.3.2 Comprovação

A comprovação da localização regional poderá ser feita mediante declaração simples, firmada pelo representante legal ou sócio da empresa, informando o endereço da sede ou filial responsável pelo fornecimento.

Imprevistos

3.4 Caso não seja possível o fornecimento na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local/endereço de fornecimento e órgão/agente de recebimento:

3.5 Observado o horário de funcionamento da Administração Municipal, o objeto deverá ser fornecido no seguinte endereço: R. Barão de Capanema, 134 - Centro, Vitorino - PR, 85520-000 ou em outro endereço fornecido pelo solicitante.

4 GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FORNECIMENTO

4.1 Será exigida apenas garantia/assistência do bem ou serviço, conforme os prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

5 MODELO DE GESTÃO

Cláusulas gerais de gestão

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 14.133/2021, dos regulamentos administrativos, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização do contrato (Ver Lei 14.133/2021, art. 117, § 1º; Dec. 11.246/2022, art. 22 e 23)

5.6 O fiscal do contrato acompanhará a sua execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7 O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a sua execução, inclusive com descrição das medidas necessárias à regularização de faltas ou defeitos observados.

- 5.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal notificará contratada para promover as substituições, correções, refazimentos, remoções, etc., assinalando prazo para cumprimento.
- 5.9 O fiscal informará o gestor do contato, em tempo hábil, da situação que demande decisão ou adoção de medidas que ultrapassem suas competências.
- 5.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.
- 5.11 O fiscal contrato comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 5.12 O fiscal deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de termos aditivos e apostilamentos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

Gestão do contrato (Ver Lei 14.133/2021, art. 158; Dec. 11.246/2022, art. 21)

- 5.14. O gestor do contrato coordenará o processo de execução e fiscalização da execução do contrato, sendo responsável pela manutenção dos registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, como ordens de fornecimento e suspensão, registro de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, podendo inclusive determinar a elaboração de estudo sobre a necessidade de adequações na forma de execução do contrato, para efeito de melhor atender ao interesse público que o contrato visa a atender.
- 5.15 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 5.16 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório do cumprimento de obrigações (atestado de cumprimento de obrigação), com menção do desempenho da contratada na execução do objeto (com base em indicadores objetivamente definidos e aferidos) e de eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro para fins de atestado de cumprimento de obrigações.
- 5.17 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, na forma do que dispõe o regulamento da Administração.
- 5.18 O gestor do contrato deverá providenciar a elaboração de relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 5.19 O gestor do contrato deverá adotar os encaminhamentos necessários realização do empenho, liquidação e pagamento da contratada, conforme o valor dimensionado por seu fiscal e por ele atestado, nos termos do regulamento da Administração.

6 VERIFICAÇÃO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

- 6.1 O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato do fornecimento, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta e/ou no contrato ou instrumento equivalente.

6.1.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e/ou no contrato ou instrumento equivalente, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.2.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.3 No caso de controvérsia sobre o fornecimento, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a obrigação será considerada como cumprida quanto à parcela incontroversa (Lei 14.133/2021, art. 143), desde que cabível, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal para efeito de liquidação e pagamento parcial.

6.4 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação e pagamento (IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º, § 3º)

6.6 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.7 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.9 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, através das certidões negativas de débito junto à Fazenda Nacional, às Receitas Federal, Estadual e Municipal, à Previdência Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e à Justiça do Trabalho (Lei 14.133/2021, art. 92, XVI).

6.10 A Administração deverá também verificar a manutenção das demais condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

6.11. Constatando-se a situação de irregularidade, a contratada será notificada por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.11.1 O prazo de defesa poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

6.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal da inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adotadas as medidas adequadas e necessárias para garantir o recebimento de seus créditos.

6.13. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.15 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.20 A contratada regularmente optante do Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido (LC 123/2006).

7 REGIME DE FORNECIMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

7.2 O fornecimento do objeto será conforme demanda.

Exigências de habilitação

7.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

34

Habilitação jurídica

7.4 Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6 Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede (Instrução Normativa DREI/ME 77, de 18/3/2020).

7.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro próprio junto à Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver (Lei 5.764/1971, art. 107).

7.12 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP / DAP-P) válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Decreto 10.880/2021, art. 4º, § 2º).

7.13 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física (IN RFB 971, de 13/11/2009, artigos 17 a 19 e 165).

7.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (Portaria Conjunta SRFB-PGFN 1.751, de 2/10/2014).

7.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943, art. 642-A);

7.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual, distrital ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos no Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (LC 123/2006), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

7.24 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (IN SEGES/ME 116/2021, art. 5º, II, “c”), ou de sociedade simples;

7.25 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei 14.133/2021, art. 69, caput, II);

7.26 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

7.26.1 O balanço patrimonial deve comprovar índices de Liquidez Geral (LG), de Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.26.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.26.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.26.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.

7.27 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de ___% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

7.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei 14.133/2021, art. 65, § 1º).

7.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação técnica

7.30 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8 REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Os preços de bens registrados não geram para a Administração o dever de adquiri-los, uma vez que a sua necessidade não é certa ou, mesmo sendo certa, não é passível de quantificação num primeiro momento.

8.1.1 A fim de frustrar expectativas e de orientar a apresentação de propostas de preços responsáveis, informa que no último registro de preços envolvendo os mesmos bens, houve na contratação das seguintes quantidades, no período de 12 meses:

MATERIAL HIDRÁULICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
1	Adesivo plástico para PVC bisnaga 17gr.	31
2	Adesivo plástico para PVC, frasco com 175 gr.	10
3	Anel de cera para vedação vaso sanitário.	9
4	Assento sanitário almofadado para portadores	1
5	Assento sanitário de plástico, tipo convencional	16
6	Bacia sanitária (vaso) com caixa acoplada, de louça branca	2
7	Bacia sanitária (vaso) convencional de louça branca	1
8	Bacia sifonada de louça branca com caixa acoplada de	1
9	Caixa d' água 5.000 L de polietileno	1
10	Caixa d' água de 310 L de polietileno	1
11	Caixa de descarga de plástico externa, de *9* L, puxador fio	20
12	Caixa sifonada PVC, 100 x 100 x 50 mm, com grelha	2
13	Caixa sifonada PVC, 150 x 150 x 50 mm, com grelha	6
14	Curva de PVC 45 graus, soldável, 25 mm, para água fria pred	7
15	Curva de PVC 90 graus, soldável, 20 mm, para água fria pred	3
16	Curva de PVC 90 graus, soldável, 25 mm, para água fria pred	7
17	Curva de PVC 90 graus, soldável, 32 mm, para água fria pred	7
18	Curva de PVC 90 graus, soldável, 50 mm, para água fria pred	5
19	Curva de PVC 90 graus, soldável, 60 mm, para água fria pred	3
20	Curva PVC curta 90 graus, 100 mm, para esgoto predial	5
21	Curva PVC longa 45 graus, DN 50 mm, para esgoto pre	10

22	Emenda plástica para mangueira 1 1/4"	4
23	Emenda plástica para mangueira 1/2"	2
24	Encanamento chave hidraulica instalação multifuncional - Cha	3
25	Engate flexível com malha de aço 40 cm	1
26	Engate flexível com malha de aço 60 cm	12
27	Engate plástico flexível 50 cm	5
28	Fita veda rosca em rolos de 18 mm x 10 m (L x C)	40
29	Fita veda rosca em rolos de 18 mm x 25 m (L x C)	33
30	Fita veda rosca em rolos de 18 mm x 50 m (L x C)	40
31	Joelho de PVC rígido LR 20 x 1/2" com bucha de latão	5
32	Joelho de PVC rígido LR 25 x 1/2" com bucha de latão	13
33	Joelho de redução, PVC soldável, 90 graus, 25 mm x 20	4
34	Joelho de redução, PVC soldável, 90 graus, 32 mm x 25	16
35	Kit acabamento para valvula de descarga inox	5
36	Kit completo para reparos de caixa de descarga acoplada	8
37	Kit completo para reparos em registro de pressão 1/2".	2
38	kit completo para reparos em registro PVC 25mm	2
39	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 20 mm, para água fri	8
40	Luva de correr para tubo soldável, PVC, 25 mm, para água fri	8
41	Luva de PVC rígido, LR 25 x 3/4", com bucha de latão	4
42	Luva de redução soldável, PVC, 32 mm x 25 mm, para	6
43	Luva de redução soldável, PVC, 40 mm x 32 mm, para	2
44	Luva PVC soldável, 20 mm, para água fria predial	14
45	Luva PVC soldável, 25 mm, para água fria predial	5
46	Luva PVC soldável, 32 mm, para água fria predial	17
47	Luva simples, PVC, soldável, DN 100 mm, série normal, para	24
48	Luva simples, PVC, soldável, DN 75 mm, série normal,	3
49	Ralo sifonado PVC redondo cônico, 100 x 40 mm, com	3
50	Redução excêntrica de PVC esgoto 100 x 50 mm, com j	5
51	Redução excêntrica de PVC esgoto 100 x 75 mm, com j	9
52	Redução excêntrica de PVC esgoto 75 x 50 mm, com junta elást	3
53	Registro de esfera, PVC, com volante, VS, soldável	8
54	Registro de pressão PVC, soldável, volante simples, de 25 mm	2
55	Sifão duplo sanfonado plástico extensível universal	6
56	Sifão plástico extensível universal, tipo copo	18
57	Spud para vaso sanitário	1
58	Tanque de PVC 24 litros com acessórios de fixação	1
59	TÊ PVC esgoto 100 x 100 mm, com junta elástica	3
60	TE PVC, soldável, com bucha de latão na bolsa central, 90 gr	3
61	TE soldável, PVC, 90 graus, 20 mm, para água fria predial (N	2
62	TE soldável, PVC, 90 graus, 32 mm, para água fria predial (N	5
63	Tubo de descida externo de PVC para caixa de descar	5
64	Tubo de PVC esgoto 100 mm, com junta elástica	23

65	Tubo de PVC esgoto 50 mm, com junta elástica	25
66	Tubo PVC, soldável, DN 20 mm, água fria (NBR 5648)	11
67	Tubo PVC, soldável, DN 25 mm, água fria (NBR 5648)	10
68	Tubo PVC, soldável, DN 32 mm, água fria (NBR 5648)	31
69	Tubo PVC, soldável, DN 50 mm, água fria (NBR 5648)	3
70	Vedação PVC, 100 mm, para saída vaso sanitário	3

MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	
1	Arruela alumínio 1"	100
2	Arruela alumínio 1/2"	50
3	Arruela alumínio 3/4"	50
4	Cabo de alumínio multiplexado quadruplex isol. XLPE 4X1	20
5	Cabo de alumínio multiplexado quadruplex isol. XLPE 4X3	320
6	Cabo de alumínio multiplexado triplex isol. XLPE 3X10m	50
7	Cabo de alumínio multiplexado triplex isol. XLPE 3X25m	200
8	Cabo de alumínio multiplexado triplex isol. XLPE 3X35m	25
9	Cabo de cobre flexível PP 2x1,5mm ² / Isol. PVC 750V	200
10	Cabo de cobre flexível PP 2x2,5mm ² / Isol. PVC 750V	200
11	Cabo de cobre flexível PP 2x4,0mm ² / Isol. PVC 750V	162
12	Cabo de cobre flexível PP 2X6,0mm ² / Isol. PVC 750V	80
13	Cabo de cobre flexível PP 3X10mm ² / Isol. PVC 750V	200
14	Cabo de cobre flexível PP 3X16mm ² / Isol. PVC 750V	80
15	Cabo de cobre flexível PP 3X2,5mm ² / Isol. PVC 750V	50
16	Cabo de cobre flexível PP 3X4,0mm ² / Isol. PVC 750V	50
17	Cabo de cobre flexível PP 3X6,0mm ² / Isol. PVC 750V	16
18	Cabo de cobre flexível PP 4X4,0mm ² / Isol. PVC 750V	40
19	Cabo de cobre PVC flexível 750V 1x6,0mm ²	100
20	Chave interruptor liga/desliga, metálica, bipolar, 20A	30
21	Conjunto extensão em barra com quatro tomadas 2P+T 20A e plu	6
22	Conjunto extensão em barra com três tomadas 2P+T 10A e	11
23	Conjunto tomada e plugue industrial sobrepor 16A 220V 3P+T,	3
24	Conjunto tomada e plugue macho de porcelana de sobrepo	27
25	Disjuntor bipolar 10 Ampères	2
26	Disjuntor bipolar 100 Ampères	40
27	Disjuntor bipolar 20 Ampères	7
28	Disjuntor bipolar 20 Ampères mod. DIN	4
29	Disjuntor bipolar 30 Ampères	2
30	Disjuntor bipolar 32 Ampères mod. DIN	1
31	Disjuntor bipolar 50 Ampères	4
32	Disjuntor bipolar 70 Ampères	7

33	Disjuntor monopolar 15 Ampères	4
34	Disjuntor monopolar 20 Ampères	5
35	Disjuntor monopolar 20 Ampères mod. DIN	12
36	Disjuntor monopolar 30 Ampères	5
37	Disjuntor monopolar 40 Ampères	6
38	Disjuntor monopolar 40 Ampères	8
39	Disjuntor tripolar 125 Ampères	1
40	Disjuntor tripolar 70 Ampères mod. DIN	2
41	Disjuntor tripolar termomagnético caixa moldada 150A	1
42	Disjuntor tripolar termomagnético caixa moldada 200A	3
43	Disjuntor tripolar termomagnético caixa moldada 225A	1
44	Disjuntor tripolar termomagnético caixa moldada 250A	2
45	Disjuntor tripolar termomagnético caixa moldada 300A	1
46	Fio cabo flexível, 750V, 1,5mm	400
47	Fio cabo flexível, 750V, 10mm	262
48	Fio cabo flexível, 750V, 2,5mm	863
49	Fio cabo flexível, 750V, 4mm	361
50	Fio cabo flexível, 750V, 6mm	318
51	Interruptor acoplado horizontal	5
52	Interruptor acoplado horizontal 1 tecla e 1 tomada 2P+T de	11
53	Interruptor acoplado horizontal 2 teclas e 1 tom	14
54	Interruptor paralelo horizontal 2 teclas com caixa ext	32
55	Interruptor paralelo horizontal 2 teclas de embutir, com pla	4
56	Interruptor paralelo horizontal 3 teclas com caixa ext	24
57	Interruptor paralelo horizontal 3 teclas de embutir, com pla	25
58	Interruptor paralelo vertical 1 tecla com caixa	11
59	Interruptor simples horizontal 3 teclas de embutir, acompanh	5
60	Interruptor simples vertical 1 tecla com caixa e	23
61	Lampada de Led 15W	78
62	Lampada de Led 9W	75
63	Lampada de Led bulbo 20W	200
64	Lampada de Led bulbo 40W	200
65	LAMPADA TUBULAR LED 18W	208
66	LAMPADA TUBULAR LED 9W	200
67	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W E-40 OVOIDE TEMPERATURA DE COR 2	650
68	LAMPADA VAPOR DE SODIO 70 W BASE E-27 OVOIDE, 28000H TEMPERA	600
69	Módulo interruptor paralelo 10A 250V BCA	30
70	Modulo tomada 2P+T 20A 250V BCA	24
71	Painel de Led de embutir quadrado/redondo 18W 6000/6500K	28
72	Painel de Led de sobrepor quadrado/redondo 24W 6000/6500K	50
73	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 1", caixa c	29
74	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 1.1/2	8

75	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 3", caixa c	50
76	Parafuso Auto Brocante Cabeça 5/16" 12 X 3/4", caixa	60
77	Parafuso Auto Brocante Philips 4,2 X 13mm, caixa	34
78	Parafuso Auto Brocante Philips 4,2 X 25MM	220
79	Parafuso Chipboard Chata Philips 3,5X16	300
80	Parafuso Chipboard Chata Philips 3,5X40	450
81	Parafuso Chipboard Chata Philips 4,5X50	620
82	Refletor de led 100w	19
83	Refletor de led 150w	16
84	Refletor de led 50w	22
85	REFLETOR DE LED BRANCO FRIO DE 100W BIVOLT	17
86	Tomada de embutir 2P+T 20A 250V, com placa 4x2, cor b	22
87	Tomada de embutir 2Tx2P+T 20A 250V, com placa 4x2, cor	12
88	Tomada de sobrepor 2P+T 20A 250V, cor branca	4
89	Tomada de sobrepor 2P+T10A 250V, cor branca	22
90	Tomada de sobrepor 2Tx2P+T 20A 250V, cor branca	89

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual do Município de Vitorino (Lei 14.133/2021, art. 72, IV), conforme dotação anexada pelo órgão contábil competente.

Fonte de Recurso : LIVRE : 000 – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio.

10 ÓRGÃO GESTOR E AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A contratação é de interesse da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio.

10.2 A fiscalização será realizada por servidor da Secretaria, que está devidamente cientificado da realização da presente contratação.

ANEXO II

ATENÇÃO – Este Anexo (Minuta de Contrato) é para simples conhecimento dos licitantes, não sendo necessário o seu preenchimento.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO**

O **MUNICÍPIO DE VITORINO (CNPJ/MF 76.995.463/0001-00)**, pessoa jurídica de direito público interno com sede e foro no Município de Vitorino/PR na Rua Barão de Capanema, 134, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, **MARCIANO VOTTRI (CPF/MF 056.916.679-98, CI/RG 91163080/PR), brasileiro, solteiro, agrônomo**, considerando o julgamento da licitação acima epigrafada, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas da Lei 14.133/2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

1 OBJETO (Lei 14.133/2021, art. 92, I e II)

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos objetos especificados no Termo de Referência de edital de licitação em epígrafe, que é parte integrante deste documento, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, os fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

FORNECEDOR						
Razão social:						
CNPJ:		I.E.				
Logradouro:		n.º		compl.º		
Bairro:		CEP:				
Responsável:		CPF:				
e-mail:		Wpp:				
Item	Qtd	Und	Descrição do bem/serviço		Vlr unit	Vlr total

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta ata.

3 GERENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

3.1 O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de ...**

3.2 Poderão fruir dos **bens/serviços** cujos preços estão registrados na presente ata todos os demais órgãos superiores da Administração Municipal de Vitorino, através de atos próprios de contratação, através de pedido de contratação, acompanhado de Documento de Formalização de Demanda.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do extrato da ata, **não** sendo admitida sua prorrogação uma vez por igual período, **mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso**.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata deverá ser formalizada por instrumento de contrato ou documento equivalente, assinado no prazo de validade da ata de registro de preços e com vigência estabelecida no próprio instrumento contratual,

5.2.1 A formalização do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser antecedida da indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos no momento da contratação, bem como a previsão no plano plurianual quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata deverá ser formalizada pela Secretaria interessada e, além de instrumento contratual, deverá contar com emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil ([Lei 14.133/2021, art. 95](#)).

5.3.1 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados na forma da lei ([Lei 14.133/2021, art. 124](#)).

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro contido no anexo da ata tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.6.2, “b” somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- b) quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções legalmente previstas ([Lei 14.133/2021](#)).

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada ([Lei 14.133/2021, art. 124, II, “d”](#)).
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2 Havendo previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados:

- a) no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- b) no caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos interessados no registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual ([Lei 14.133/2021, art. 124](#)).

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos desta ata e da legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão gerenciador comunicará aos órgãos participantes que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual ([Lei 14.133/2021, art. 124](#)).

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites do regulamento aprovado pela União, aqui observado subsidiariamente ([Decreto 11.462/2023, art. 32](#)).

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação, pelo órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado ([Decreto 11.462/2023, art. 27, § 2º](#)); ou
- d) sofrer sanção legal ([Lei 14.133/2021, art. 156, III ou IV](#)).

9.1.1 Na hipótese de aplicação de sanção legal ([Lei 14.133/2021, art. 156, III ou IV](#)), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses acima previstas será formalizado por decisão do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado ([Decreto 11.462/2023, artigos 26, § 3º e 27, § 4º](#)).

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([Decreto 11.462/2023, art. 7º, XIV](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([Decreto 11.462/2023, art. 8º, IX](#)).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata foi lavrada em **X (xis)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Vitorino, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do MUNICÍPIO